

Governo adia o concurso unificado em todo o país

Provas seriam realizadas neste domingo (5), mas a situação das chuvas no Rio Grande do Sul provocou adiamento. Nova data ainda deve ser anunciada

DECISÃO

Luiza Mello

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) confirmou o cancelamento do Concurso Nacional Unificado (CNU), que seria aplicado no próximo domingo, 5. Os exames do CNU foram adiados por causa das chuvas que trouxeram situação de calamidade pública ao estado do Rio Grande do Sul, onde cerca de 86 mil pessoas se inscreveram. A nova data será definida pelo Ministério, responsável pela seleção, que é a maior já realizada no país, com 2,1 milhões de inscritos e que concorrem a 6.640 vagas em 21 órgãos públicos.

Em nota, o MGI explica que o adiamento se deu “em razão da calamidade pública no Rio Grande do Sul” e que “a nova data será anunciada assim que houver condições climáticas e logísticas de aplicação da prova em todo o território nacional”.

O governo federal defende o direito de participação no certame de todos que se inscreveram. Muitos inscritos na região afetada pela tragédia ambiental, não teriam como chegar aos locais das provas. Ao menos 235 municípios foram afetados pelo temporal desde a segunda-feira, 29.

O último boletim da Defesa Civil local revelou que, até o final da tarde de ontem, foram registradas 37 mortes. Ao menos 74 pessoas estão desaparecidas, 17 mil moradores desalojados de mais de 350 mil pessoas afetadas pelas chuvas.

“Não temos uma nova data. Eu quero deixar bem claro que a gente, nas próximas semanas, poderá divulgar uma nova data. Mas, neste momento, toda a questão logística envolvida



Os ministros ressaltaram que todos os cenários logísticos foram avaliados para a decisão
FOTO: ADALBERTO MARQUES/MGI

com a prova não nos permite, hoje, divulgar uma nova data com segurança”, informou a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck. Segundo ela, seria “impossível” a aplicação das provas do Concurso Nacional Unificado no Rio Grande do Sul neste domingo.

“O compromisso do governo é que ninguém seja prejudicado. Ninguém pode deixar de participar do concurso porque está numa cidade em situação de emergência ou está numa cidade em que o bloqueio impede acesso à cidade onde vai ter a prova”, disse o ministro da Secretaria de Comunicação, Paulo Pimenta.

No anúncio do adiamento das provas, a ministra Esther Dweck, do MGI, disse que a decisão não foi tomada antes porque era preciso que se entendesse se havia a possibilidade de melhora das condições climáticas e, que estava pensando nos dois milhões que vão fazer as provas.

“Pela manhã, a gente ainda achava que poderia ter forças federais que pudessem garantir a aplicação da prova. Mas a gente construiu um acordo

para preservar a integridade do concurso e a gente chegou a conclusão de que solução mais segura para todos os candidatos é de fato o adiamento da prova”, disse a ministra.

AValiação

Esther Dweck lembrou que o cenário da região Sul foi se agravando a cada hora. Só no Rio Grande do Sul seriam 100 mil pessoas envolvidas, desde candidatos a profissionais que ajudariam na aplicação da prova. “Além disso, hoje temos 185 bloqueios nas estradas por causa das enchentes e deslizamentos, que impossibilitam a logística das pessoas nas cidades,” afirma a ministra. “Diante desse cenário, concluímos que seria impossível realizar a prova no Rio Grande do Sul, principalmente pelo risco das vidas envolvidas neste processo”, enfatizou.

Em meio à situação de calamidade pública no Rio Grande do Sul, entidades estudantis se uniram a lideranças políticas para solicitar o adiamento das provas do Concurso Público Nacional Unificado.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) publi-

“

O compromisso do governo é que ninguém seja prejudicado. Ninguém pode deixar de participar do concurso porque está numa cidade em situação de emergência ou está numa cidade em que o bloqueio impede acesso à cidade onde vai ter a prova”

Paulo Pimenta, ministro da Secretaria de Comunicação

cou nota nas redes sociais e classificou como “extremamente irresponsável” a manutenção da prova para domingo. Segundo a nota, muitos dos lugares onde seriam aplicadas as provas estão inaccessíveis, como é o caso da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que se encontra completamente alagada.

Catástrofes não têm como serem previstas em edital

O edital do concurso não prevê o adiamento de provas, mas segundo Fernanda Feitosa, professora do Gran, plataforma especializada em concursos, trata-se de uma situação delicada, por se tratar de algo inesperado. “O edital tinha uma previsão dentro das

possibilidades que já haviam acontecido até hoje, mas o que estamos vendo no Rio Grande do Sul, com possibilidade de atingir Santa Catarina, é algo inédito. Não aconteceu nunca para ser previsto no edital”. A professora também reforça que será possível o candidato pedir

reembolso do valor da inscrição, mesmo que o edital dê apenas duas possibilidades para devolução: falta de energia elétrica durante a prova ou desastres naturais que impactem o local da prova. “Acredito que o ministério irá soltar um novo link para aqueles que queiram o valor da

inscrição de volta. Eu particularmente só faria isso em último caso”. Durante a coletiva, o governo deixou claro que haverá uma verba da União que será remanejada para os custos logísticos da Cesgranrio, para que o concurso seja realizado em outra data.

Concurso terá um banco de Candidatos

Agência Gov

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) formará um Banco de Candidatos Aprovados em Lista de Espera, para futuras convocações do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), que ainda deve ganhar uma nova data de realização após adiamento.

Será formado um Banco de Candidatos para cada bloco temático. Ou seja, oito, no total, que conterá duas vezes o número de vagas imediatas do bloco. No Bloco 7, por exemplo, se-

rão convocados 1.748 aprovados para as vagas imediatas e outros 3.496 ficarão classificados no Banco. No total, serão mais de 13 mil classificados em todo o Banco de Candidatos.

Serão considerados classificados os candidatos que, após a soma das notas nas provas objetivas, discursivas e nas provas de títulos, estiverem classificados até o limite de duas vezes o número de vagas imediatas do bloco temático com notas mais altas conforme o cargo e especialidade. Conforme o edital, será levado em

consideração os cargos e especialidades com suas ordens de ranqueamento escolhidos no ato da inscrição e as vagas reservadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência.

Quem inicialmente não tiver nota suficiente para passar, por exemplo, em sua primeira opção de cargo, sinalizada no momento da inscrição, poderá atingir a nota mínima para entrar no seu segundo cargo prioritário, mas ainda segue no banco de candidatos para a primeira opção e tem chance de ser chamado, poste-

riormente (ainda que assuma o cargo que foi sua segunda opção).

Segundo o assessor do Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do MGI e membro do Grupo Técnico Operacional do CPNU, Pedro Assumpção Alves, as pessoas ranquearam os cargos de preferência dentro do bloco temático escolhido no momento da inscrição e, após o certame, terão notas e posições diferentes para cada cargo, de acordo com o peso que cada eixo temático tem para os respectivos cargos.

RD REPÓRTER DIÁRIO

O envio de uma equipe do Grupamento de Busca e Salvamento, do Corpo de Bombeiros Militar, para prestar ajuda civil-militar à população do Rio Grande do Sul, castigada por chuvas e enchentes, é a contribuição do Pará para socorrer as vítimas da tragédia. “É o momento de todos os brasileiros darem as mãos e colaborar com o Rio Grande do Sul, que vive o maior desastre ambiental da sua história. Nossa tropa especializada está indo somar nas ações de resgate para salvar vidas”, disse o governador Helder Barbalho, cuja iniciativa foi destacada no Jornal Nacional, da Rede Globo, na sexta-feira (3).

MINISTÉRIOS

O ministro das Cidades, Jader Filho, integrou a comitiva de ministros que foi ao Rio Grande do Sul traçar as ações emergenciais para atender a população em meio às chuvas intensas que castigam o Estado. Uma Sala de Situação foi instalada para mapear os problemas na área de saúde e abastecimento nas cidades mais atingidas. Reuniões diárias são realizadas para acompanhar as ações desenvolvidas. Outro aspecto no qual o governo federal deve avançar é a liberação de crédito extraordinário para assegurar o pleno atendimento à população.

SOLIDARIEDADE

Sensibilizado com a situação vivida pela população gaúcha, o senador Jader Barbalho (MDB) se manifestou através de nota: “Neste momento difícil e de profunda dor para a população do Rio Grande do Sul, manifesto minha solidariedade às inúmeras vítimas dessa tragédia, em especial, às famílias enlutadas pela morte de seus entes queridos e aos que mais necessitam de amparo neste momento. Expresso minha manifestação de apoio às comunidades afetadas, bem como às autoridades e equipes de resgate que trabalham incansavelmente para prestar assistência a todos os atingidos”.

FRAUDE

A Polícia Federal cumpriu nesta sexta-feira (03) dois mandados de busca e apreensão em Redenção. Os dois investigados são suspeitos de registrar centenas de famílias paraenses no Cadastro Único dos municípios de Canela e Pinhal, no Rio Grande do Sul. Foram apreendidos um celular e um notebook. As famílias, apesar de cadastradas no Sul, sacavam os recursos no Pará. O acesso ao sistema se dava por meio de senhas hackeadas e inclusão de falsos entrevistadores. As fraudes provocaram um prejuízo financeiro superior a R\$ 1 milhão.

FISCALIZAÇÃO

Inspecção ordinária efetuada no Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social (Igepps) pela Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado concluiu pela ausência “de elementos que apontem gestão temerária quanto à aplicação nos Fundos de Investimentos analisados”. Os auditores Jonas Gomes de Sousa e Roberto Araújo Valle foram os encarregados da fiscalização referente ao exercício de 2023 do instituto, cujo responsável era Ilton Giusseppe Mendes da Silva.

PREMIAÇÃO

Será no Museu Goeldi, nesta segunda-feira (6), às 18h30, a cerimônia de entrega do Prêmio Tulipa de Direitos Humanos à ativista paraense Claudelice dos Santos, fundadora do Instituto Zé Cláudio e Maria. O nome do instituto homenageia o irmão e a cunhada de Claudelice, ambos assassinados em 2011 por defenderem a floresta e os direitos humanos. O júri recomendou Claudelice ao Ministério das Relações Exteriores pelo extraordinário compromisso com o combate ao desmatamento e com a proteção aos povos tradicionais.

LINHA DIRETA

Às vésperas de receber o governador Helder Barbalho (MDB) para a assinatura que autoriza a construção da tão esperada ponte sobre o rio Guamá, na PA-127, a cidade de São Domingos do Capim, no nordeste paraense, ficou sem energia durante a metade da sexta-feira, dia 3.

Segundo os moradores, o problema foi uma fiação na estrada que leva até a cidade, e por conta da interrupção o sinal de internet móvel na cidade também caiu por completo.

No Pará, os produtos de seguros para riscos financeiros, que protegem o segurado de perdas causadas por responsabilidades incorridas, fraudes sofridas e garantias, sem que haja, necessariamente, um acidente com danos corporais ou materiais, cresceram 207,5% nos primeiros dois meses de 2024.

Um levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) mostrou que mais de R\$ 13,7 milhões foram arrecadados no período, com destaque para o seguro Garantia, que somou R\$ 9,9 milhões, crescendo 282,1%; e para o seguro de Crédito, que teve alta de 105,3% e arrecadou R\$ 3,5 milhões.

Pela ótica da indenização, no consolidado dos produtos de risco financeiro, mais de R\$ 4,6 milhões foram pagos aos clientes. No somatório de todos os produtos de seguros comercializados no estado paraense, foram pagos cerca de R\$ 193,8 milhões, que representou alta de 207,9%, e arrecadou quase R\$ 855 milhões, avanço de 16%.

Nesta terça-feira, 7 de maio, será realizada a solenidade de comemoração dos 18 anos da Unidade de Ensino e Assistência em Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Ueafito).